

Isabella Batalha Muniz Barbosa

É doutora em Paisagem e Ambiente pela FAU/USP

E-mail: bella.barbosa@uol.com.br

/// A modernização crescente é marcada por essa ambiguidade entre o futuro progressista e certa nostalgia que parte em busca das tradições

Olhar sobre a paisagem

Os grandes projetos previstos para o Espírito Santo estão embasados pelo discurso da aceleração econômica e por representarem divisas para o Estado. Entretanto, a escolha de um local para sediar as plantas industriais nem sempre é capaz de compatibilizar desenvolvimento com a totalidade das estruturas que as relacionam. A falta de informações sistematizadas, ausência de planos de manejo e de conselhos gestores são alguns condicionantes que não favorecem a locação adequada dos empreendimentos e a formulação de uma gestão urbana e ambiental eficaz. O olhar sobre a paisagem impõe perceber os objetos técnicos como elementos de ressignificação da cidade contemporânea, mas deve respaldar os valores culturais e a identidade capixaba.

No Espírito Santo, algumas políticas públicas locais procuram trabalhar com o sentido de cognição entre desenvolvimento, paisagem e lugar, mesmo que ainda de forma incipiente. Destaca-se aqui, a Ilha das Caieiras, lugar simbólico da baía Noroeste de Vitória, onde procura-se ressaltar o que é característico do lugar – o manguezal –, sendo relevante o aspecto cultural subjacente associado à cata do caranguejo e à culinária. Outro

movimento importante se delineia em favor da valoração dos Pontões Capixabas, patrimônio natural do município de Pancas, que poderá vir a ser também elemento de potencialização da economia regional. A modernização crescente é, portanto, marcada por essa ambiguidade entre o futuro progressista e certa nostalgia que parte em busca das tradições e a historiografia dos lugares de vida.

No âmbito estadual, a atuação de um grupo interinstitucional trabalha pela efetivação de uma “política da paisagem” pelo governo e tem trazido resultados favoráveis à sensibilização da sociedade e dos dirigentes de diversas instituições governamentais em prol da proteção da paisagem.

Os documentos “Carta de Venda Nova do Imigrante (2011)” e “Carta de Vitória (2012)” foram entregues às autoridades em fóruns locais e tiveram como pressupostos o desenvolvimento sustentável local, regional e estadual, com foco humanístico e possibilidades de gerar processos de agregação de valores à diversidade de paisagens que se constituem no território.

A institucionalização de uma política da paisagem é um caminho a ser percorrido, de modo a compatibilizar desenvolvimento e responsabilidade social para com a paisagem. A publicação das audiências públicas do PPA mostra que a questão da paisagem como demanda da sociedade já foi incluída na pasta da Educação e Cultura, assim como na Pasta do Turismo. Um bom começo.